Editorial
TelComp

“Excesso de regulação acarreta em exportação de oportunidade”

Confira a entrevista concedida à TelComp pelo secretário de políticas digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Thiago Camargo

O secretário de políticas digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Thiago Camargo, vem liderando várias iniciativas de políticas públicas para o desenvolvimento digital do País. Para esse **Editorial TelComp Especial**, o secretário Camargo aborda aspectos importantes como transformação digital, Internet

TelComp: Quais são as prioridades do MCTIC para o segundo semestre de 2018?
Thiago Camargo: Só posso falar enquanto Sepod. Neste semestre, vamos dar massa a ações que já colocamos para torná-las politicamente mais sólidas para que resistam a qualquer mudança de governo. Estamos colocando uma energia grande na instalação de comitê interministerial para

das Coisas (IoT), proteção de dados, conectividade, a necessidade de mais datacenters no Brasil, tributação, entre outros temas. Ele também explica as várias inciativas em curso no Ministério.

Certamente, uma entrevista rica em informações para todos os interessados no desenvolvimento digital do Brasil.

Boa leitura!

transformação digital. Vamos instalar grupos de trabalho para dar celeridade às ações que tínhamos previsto. A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital tem cem ações previstas para acontecer dentro de quatro anos e algumas estão adiantadas, como o Plano Nacional de Internet das Coisas. A ideia é avançar em ações que mudem o ambiente regulatório e de apoio para *startups*, ações de inserção na educação de lógica programacional e avançar em ações que incentivem mulheres e meninas a perseguir carreiras em TIC.

Como é este comitê interministerial?
É formado por agentes do governo e agentes não-governamentais, como do setor produtivo. Temos também o subcomitê de confiança na rede que foi criado para alinhar as ações de governo e sociedade civil do setor produtivo, no sentido de ter ambiente digital, onde as pessoas tenham mais confiança na boa utilização de seus dados pessoais, bem como na qualidade de informações obtidas.

Como a Sepod tem acompanhado a transformação digital?
A transformação digital, de todas as revoluções que já aconteceram, é provavelmente a primeira que não acontece por acumulação e, sim, por disrupção. Ela acontece no mundo inteiro e ao mesmo tempo. A transformação digital se baseia numa visão que temos de ter a economia brasileira, nos próximos anos, vibrantemente baseada em dados, com novos modelos de negócios surgindo todos os dias e em um mundo de dispositivos conectados. Partindo disto e em colaboração com sociedade e outros órgãos governamentais delimitamos nove eixos, que são cinco eixos que chamamos habilitadores e quatro eixos transformacionais. Dentro destes eixos existem as cem ações previstas para acontecer dentro dos próximos quatro anos. Para que isto ocorra de fato pensamos em uma estratégia de governança que sobreviva a eventuais mudanças governamentais.

Quando você fala em uma economia baseada em dados, precisamos de uma lei de proteção de dados. Qual é a importância de ter a lei? *[nota da redação: a entrevista foi feita antes da aprovação do PL 53/2018 pelo Senado*

em 10 de julho]

É uma lei que avançou em muitos pontos, sobretudo, para dar maior agilidade no sentido de garantir adequação, tem a possibilidade de certificação independente, não necessariamente um órgão governamental. Por outro lado, a lei do jeito que está tem algumas previsões que contém algum vício de origem, como a determinação para que haja aumento de despesas na forma de criação de novas instituições, sendo que uma determinação legal que acarrete aumento de despesas obrigatoriamente tem de partir do Executivo, bem como alguma iniciativa legal que delimite as competências dos órgãos da administração direta ou indireta. Então, o texto terá de ser revisto em alguns pequenos pontos, mas, no geral, ficamos bastante empolgados, porque ter um marco regulatório claro vai trazer mais segurança jurídica para que as empresas possam saber como utilizar os dados dos usuários com o devido e expresso consentimento para elaborar novos modelos de negócios.

O dado tornou-se o ativo mais importante para a nova economia. Como proteger a população sem barrar avanços?

O que a lei deixa claro é que o dado pertence ao usuário e a utilização, coleta, envio e tratamento de dados não passa a ser proibido, só não é permitido de ser feito sem o expresso consentimento do usuário. A partir do momento que garantimos a autonomia do usuário quanto à coleta e à utilização do dado, pode ser que isto possibilite a criação de novos modelos de negócios, inclusive com a possibilidade de as pessoas monetizarem os seus dados pessoais. Temos de ter cuidado porque, costumeiramente, tratamos problemas do presente com as ideias do passado. E, neste caso especificamente, se tratarmos o presente com as ferramentas do passado, vamos fazer isto em um ambiente que sequer sabemos qual vai ser o futuro, podendo até matar o futuro. Eu acredito que excesso de regulação acarreta em exportação de oportunidade, então, temos de buscar regular de uma maneira que o usuário seja o dono do dado, mas que possa utilizá-lo da maneira que quiser e não criar restrições.

Qual é a sua visão sobre os processos de transformação digital nas empresas brasileiras? O que avança mais e onde estão os obstáculos?

As empresas hoje estão, obviamente, mais avançadas que o governo no processo de transformação digital; por outro lado, temos de ter em mente os obstáculos que existem ainda por falta de infraestrutura, de conectividade e a baixa bancarização da população brasileira. A maneira correta de endereçar é com mais tecnologia e com menos desincentivos à inovação. E já temos fontes de financiamentos para as empresas tanto pela mudança da Lei da Informática, quanto pelo BNDES e Finep.

Você falou em conectividade. A banda larga ainda é um gargalo?

A falta de acesso à banda larga ainda é um problema. A gente tem milhares de municípios que não tem conectividade. O Ministério atuou de algumas formas, como por exemplo, pelo programa de Internet para Todos, e colocou em consulta pública o Plano Nacional de Conectividade. Também esperamos ver aprovado o PLC 79. O novo marco do setor de telecomunicações é fundamental para que a gente tenha um novo panorama e para possibilitar novos investimentos em infraestrutura no País. Tendo isto, vamos avançar em outras áreas. O Ministério tem um plano pronto de atração e de expansão de datacenter, o que vai ser um habilitador tanto para que mais dados sejam hospedados no Brasil como para que mais cabos sejam instalados. É preciso criar um ambiente, o governo precisa avançar na criação de um ambiente regulatório que incentive e esperamos que o setor privado faça sua parte depois.

A disponibilidade de datacenters no Brasil é uma limitação? Precisamos de mais datacenter aqui?
Hoje temos de usar os datacenters de fora, porque temos poucos datacenters comparando ao resto do mundo. Esta não é uma discussão sobre a localização geográfica dos dados e nem sobre soberania nacional, mas de economia, de circular os dados de forma mais rápida e mais barata para possibilitar que novos modelos de negócios surjam. A partir do momento que passamos a ter mais datacenters no Brasil temos maior disponibilidade e concorrência entre as empresas que vendem este serviço e a tendência é baixar o tempo de transmissão de dados e também reduzir o custo para os negócios que utilizam os dados.

O que teria de fazer para incentivar a criação de datacenters no Brasil?
Há instrumentos tributários e não tributários que poderiam ser utilizados. Na parte de instrumentos não tributários, fica, por exemplo, a necessidade de um trabalho específico com os órgãos da aduaneira para permitir uma entrada acelerada no Brasil destes equipamentos. Além disto, precisamos garantir a segurança jurídica, separando bem as responsabilidades de quem produz, transmite, trata e coleta e de quem armazena os dados. Criar um ambiente jurídico onde não haja solidariedade do datacenter. E tem os instrumentos tributários. Parte do governo pelo menos enxerga a necessidade de diminuir impostos de importação dos equipamentos necessários para montar o datacenter.

Falando em IoT, qual é a sua perspectiva em curto e médio prazos para a disseminação de aplicações deste tipo?
O estudo de Internet das Coisas conduzido pelo consórcio McKinsey/Fundação CPqD/ Pereira Neto e financiado pelo BNDES prevê aplicação de R$ 8 bilhões a R$ 200 bilhões sendo injetada na economia com IoT até 2025. Chegar ao

valor máximo depende de várias coisas, inclusive do ambiente regulatório que o governo vai criar. No processo de discussão e depois de elaboração do Plano Nacional de Internet das Coisas, pensamos em quatro áreas prioritárias: saúde, agricultura, cidades inteligentes e indústria 4.0. Isto é o que enxergamos como necessário e também mais pronto para receber investimentos. Se é assim que mercado vai reagir, não temos como saber.

As telecomunicações no Brasil têm uma das maiores cargas tributárias no mundo. Alguma perspectiva de mudança nesse aspecto? Como isso impacta IoT?

Nós já avançamos em alguns pontos. Numa articulação muito forte com a Câmara, o deputado Vitor Lippi apresentou um projeto de lei para isentar os sensores de IoT tanto do pagamento da taxa de Fistel quanto da certificação da Anatel. O que temos é que a própria Anatel está de acordo e este PL vai ser relatado pelo deputado Eduardo Curry. Temos de pensar que estamos falando em um número de sensores que seria inviável pensar no pagamento de taxa para cada um deles. Não faz sentido que seja este o caminho. E, por fim, o excesso de regulamentação acaba com ou você exportando ou matando uma oportunidade. Hoje, a ideia que trabalhamos é buscar dentro do governo um ambiente necessário para criar um feriado tributário e regulatório. É baseado no que teve nos Estados Unidos com Internet Tax Freedom Act, que proibiu a tributação ao acesso à internet por dez anos e depois acabou se tornando permanente. Hoje não arrecadamos nada e a ideia é possibilitar a criação de novos modelos de negócios, de novas plataformas e novos devices para que depois, quando tivermos um mundo conectado, daí, sim, podermos ter ambiente com alguma tributação. Por enquanto, o que defendemos é a menor regulação possível. Isto depende de uma forte articulação com o restante do governo e com o Parlamento e também saber como a sociedade e o setor produtivo vão enxergar isto. Dentro da Sepod, pensamos em pelo menos dez anos sem tributos em internet das coisas. Ainda estamos entendemos as reações tanto da sociedade quanto do governo.

Com IoT e o maior avanço digital, crescem os ataques. O que está sendo feito em segurança cibernétic?

Existe o Comitê de Segurança da Informação coordenado pelo GSI [*Gabinete de Segurança Institucional*], do qual fazemos parte e também dentro do comitê interministerial uma das ações que ele vai desenvolver e supervisionar é a possibilidade de planos nacionais de segurança da informação. O governo se movimenta, neste momento, para rever o Decreto 8135/2013. O governo já está olhando muito atentamente, é algo que já é previsto na Estratégia Brasileira de Transformação Digital e algo que outros órgãos do governo tem se movimentado junto com a gente. Mas é óbvio que nada vai substituir a boa e velha educação digital.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

TelComp - Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas
Av. Iraí, 438 - cj 44 a 47 | Moema | São Paulo | SP | CEP 04082-001 | Tel +55 (11) 5533-8399

Nosso endereço de e-mail é:
editorial@telcomp.org.br

Você recebe este e-mail por ter relacionamento com a TelComp.